

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº8.080 DE 23 DE MAIO DE 2020.

"Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento do COVID-19 e dá outras providências."

JOSÉ POCAI JÚNIOR, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, no exercício de seu poder administrativo e em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº13.979, de 06 de fevereiro de 2020 e,

- Considerando o art.3º do mesmo diploma legal determina que, para enfrentamento da emergência de saúde pública de natureza internacional decorrente do corronavírus, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas, dentre as quais o isolamento social a quarentena e, ainda, a determinação compulsória de exames médicos, testes laboratoriais;
- Considerando, ainda, que no §4º do art.3º da citada lei, determina que é OBRIGAÇÃO de todo cidadão se sujeitar ao cumprimento das medidas, e o descumprimento delas acarretará a responsabilização, nos termos previstos na Lei nº13.979/2020;
- Considerando que a Saúde Pública é bem jurídico penalmente tutelado e que o mesmo deve ser protegido no caso de descumprimento de medidas para evitar a propagação do vírus;
- Considerando, que qualquer descumprimento às medidas restritivas impostas deve sujeitar o infrator à responsabilidade penal, e, que a referida lei não trouxe novo tipo penal sobre a responsabilidade de quem descumpre a regra do §4° do art. 3° da Lei 13.979/2020;
- Considerando a Portaria Interministerial nº5, de 17 de março de 2020 que dispôs sobre a compulsoriedade das medidas previstas na Lei nº13.979/2020, determinando-se a tripla responsabilidade civil, administrativa e criminal em caso de descumprimento da lei;
- Considerando a intensificação da atuação de fiscalização da Vigilância Sanitária, tendo em vista o aumento de casos positivados da doença respiratória provocada pelo Novo Coronavírus (Covid-19), em nosso município;
- Considerando a necessidade ampliação das medidas de prevenção anteriormente tomadas, com objetivo de diminuir os riscos da ocorrência de casos em nosso Município;





CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

- Considerando a flexibilização do comércio em geral como forma conter o desemprego e fechamento de estabelecimentos comerciais em nosso município;
- Considerando a decisão unânime do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), expedida na data de 15/04/2020, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº6.341, ratificando liminar concedida assegurando competência concorrente aos Estados e Municípios para legislar sobre questões relacionadas à saúde em seus territórios;
- Considerando notícias que inúmeras pessoas vem promovendo festas, eventos, comemorações, confraternizações e qualquer outro tipo reunião dessa natureza, em casas, sítios, apartamentos, fazendas e áreas de uso comum de condomínios verticais e horizontais.
- Considerando as deliberações do Comitê Municipal de Enfretamento ao Novo Coronavírus (COVId-19) ocorrida em reunião realizada nesta data;

-DECRETA:-

Art.1°. Fica requisitada, desde já, á Policia Militar do Estado de Minas Gerais para que providencie a lavratura de Termos Circunstanciado de Ocorrência (TCO) nos termos da legislação penal vigente as pessoas que descumprirem os decretos municipais em vigência.

- I As pessoas que descumprirem o **isolamento** e a **quarentena** determinado pelo Departamento Municipal de Saúde nos termos dos art.3° e 4° do Decreto Municipal n°8.021, de 20 de março de 2020, combinado com a Lei Federal n°13.979/2020 e Portaria Interministerial n° 5, de 17 de março de 2020, editada pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública, sujeitar-se-á as sanções penais nos arts.268 e 330 do Código Penal Brasileiro, se o fato não constituir crime diverso ou mais grave;
- II As pessoas que descumprirem as medidas de prevenção de enfrentamento a COVID-19 estabelecidas pelos Decretos Municipais nº8.049/2020, nº8.063/2020 e nº8.073/2020, sujeitar-se-ão as sanções penais do art. 330 do Código Penal Brasileiro, se o fato não constituir crime diverso ou mais grave;
- Art.2°. Estão sujeitos às sanções deste Decreto e do art.5° do Decreto n°8.049/2020 as pessoas físicas, os representantes legais e responsáveis pelas pessoas





CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

jurídicas pela realização de eventos que causem ou possam causar aglomeração de pessoas, como festas (aniversários, casamentos, churrascos, jantares, etc), eventos, comemorações, confraternizações e qualquer outro tipo reunião dessa natureza, em casas, sítios, apartamentos, fazendas e áreas de uso comum de condomínios verticais e horizontais.

- §1°. Também estão sujeitos às sanções deste Decreto e do art.5° do Decreto n°8.049/2020:
- I-todas as pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela autorização e/ou fiscalização do uso de áreas comuns de condomínios verticais e horizontais, bem como as associações de bairros;
 - II as administradoras de condomínios de uso residencial ou comercial;
- III os síndicos e/ou os responsáveis pela administração dos condomínios de uso residencial ou comercial;
- IV os síndicos e/ou responsáveis pela administração de prédios de uso residencial ou comercial;
- V o proprietário, morador, locatário, inquilino, caseiro, possuidor direto ou qualquer pessoa responsável por imóvel de uso residencial ou comercial, incluindo apartamentos, sítios, fazendas e casas alugadas para eventos ou finais de semana, dentre outros.
- §2°. Também estão sujeitos às sanções do inciso II do art.1° deste Decreto todas as pessoas físicas que estiverem no local no ato da fiscalização.
- §3°. Quando o imóvel estiver situado em condomínio vertical ou horizontal, a pessoa física ou jurídica, mencionadas nos incisos I, II, III e IV do § 1° deste artigo, são solidariamente responsáveis pelas infrações cometidas pelo proprietário, morador, locatário, inquilino, caseiro, possuidor direto ou por qualquer





CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

outra pessoa que tenha realizado a atividade que originou a aglomeração de pessoas proibida por este Decreto.

Art.3°. Determina que os profissionais da saúde municipal e os agentes de vigilância epidemiológica poderão solicitar o auxílio de força policial nos casos de recusa e desobediência por parte de pessoa que descumprirem as determinações legais vigentes.

Art.4°. Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas nas vias e espaços públicos no âmbito do território deste município, sujeitando-se os infratores as sanções do inciso II do art.1° deste Decreto.

Art.5°. As denúncias referentes ao descumprimento das medidas impostas poderão ser apresentadas à Coordenação de Fiscalização por meio dos telefones (035) 3465-4305 ou 0800 283 8838 e por email: visamontesiao@gmail.com

Parágrafo único. As denúncias também podem ser formalizadas por meio do celular instalando o APLICATIVO MONTE SIAO TRANSPARENTE ou pela página da prefeitura https://montesiao.mg.gov.br clicando na FALE COM A PREFEITURA e em seguida clicando e E-SIC.

Art.6°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 23 de maio de 2020.

JOSÉ POCAI JÚNIOR Prefeito Municipal

Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Atrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
No Companica Municipal
Emarge Afraga Agranda Ag